



Assembleia de Freguesia de Cortegaça

Concelho de Ovar

Sessão extraordinária de dois de março do ano de dois mil e vinte e dois

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu pelas vinte e uma horas no Salão Nobre do Edifício da Junta de Freguesia de Cortegaça, sita no Largo 25 de Setembro, a Assembleia de Freguesia de Cortegaça, em sessão extraordinária, convocada ao abrigo das disposições legais em vigor, sob a Presidência da Mesa de Assembleia, Luciana Camboa de Sousa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1:** Período de Intervenção ao Público.
- 2:** Análise, esclarecimento e discussão da gestão florestal nos terrenos da Junta de Freguesia de Cortegaça, inseridos no perímetro florestal das dunas de Ovar.

Iniciada a reunião da Assembleia de Freguesia estavam nela presentes os seguintes membros: Luciana Camboa de Sousa - Presidente, Sílvia Oliveira - 1ª Secretária, Luís Violas – 2º Secretário, constituindo desta forma a Mesa da Assembleia de Freguesia, Cláudia Morais, António Alves de Sousa e Olinda Camboa em substituição de Jorge Miguel Silva (pela Bancada do Partido Social Democrata), Miguel Coelho, Márcia Rola e Américo Dias (pela Bancada do Partido Socialista). Estiveram também presentes todos os membros que constituem o Executivo da Junta de Freguesia de Cortegaça, Sérgio Vicente Prata Oliveira - Presidente, Paulo Amadeu Monteiro Pinheiro - Secretário e Florbela Silva Rodrigues - Tesoureira, ambos eleitos pelo Partido Social Democrata.

A Presidente da Assembleia de Freguesia de Cortegaça endereçou os habituais cumprimentos ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, restante executivo, aos senhores Secretários, membros da Assembleia de Freguesia e demais presentes.



A Presidente da Assembleia de Freguesia prosseguiu, fazendo uma nota introdutória com referência ao período dramático de guerra vivido, manifestando solidariedade para com o povo ucraniano.

- **Ponto Um:** Período de Intervenção ao Público;

A Presidente da Assembleia de Freguesia de Cortegaça começou por dar início às inscrições do público presente que pretendesse intervir na presente Assembleia.

Inscreeveu-se António Guimarães, que, após os cumprimentos, abordou o plano de gestão florestal, que entende não ser adequado e que, portanto, não está de acordo com o mesmo.

Disse que tem acompanhado todo o projeto e alega conhecer a floresta e constata uma degradação constante, em prejuízo da floresta.

Abordou a temática do abate massivo de árvores, que afeta a biodiversidade, ficando prejudicado o património de Cortegaça.

Entende que esta é uma solução que deve ser pensada a longo prazo e que o plano de gestão florestal não é adequado, pois entende que a tipologia da floresta deveria ser a de conservação ou de proteção, contrariamente à de produção.

Mais informou que o Movimento 2030, do qual faz parte, havia reunido com o ICNF, atenta a preocupação desta temática.

Falou também das camarinhas, ressaltando a importância desta espécie na preservação do ecossistema.

Colocou, por fim, algumas questões ao Senhor Presidente da JFC.

Referiu existir uma moção que pede a interrupção imediata do corte massivo das árvores bem como uma revisão ao plano florestal. Nessa sequência questionou o Sr. Presidente da JFC qual era a sua intenção de voto à moção.



Questionou se o Presidente da JFC poderia assumir uma posição quanto à mudança de tipologia da floresta e ainda se já havia assinado a petição que visava alterar, reverter e controlar a gestão da floresta.

De seguida usou da palavra Margarida Coelho, que informou fazer parte do “Camarinha Project” e a sua intervenção surge na sequência da publicação de um documento na página do Facebook do Camarinha Project acerca do plano de gestão florestal do perímetro florestal da zona de Ovar e sua implementação.

Menciona que resulta do dito documento que o plano de gestão se resume a um plano de corte e resinagem do pinhal, apontando inúmeras deficiências ao plano em vigor, não obstante as milionárias receitas a reverter a favor das autarquias.

Criticou o desconhecimento dos autarcas e do ICNF, classificando como desastroso o comportamento das entidades competentes na gestão da floresta.

Nessa sequência, deixou como sugestão uma melhor comunicação do ICNF e autarquias com a população, facultando-se relatórios e que a população se empenhe em defender a floresta.

Por fim, no que respeita ao primeiro ponto da ordem de trabalho, usou da palavra Lígia Violas.

Questionou quais as ações previstas por parte da JFC para assegurar a reflorestação e para mitigar o efeito das invasoras; se o executivo pretende investir parte da verba arrecada com a resinagem à morte e abate da madeira e em que percentagem; qual a data prevista para o abate e área prevista de cada talhão; que tipo de intervenção tem a JFC previsto para o talhão compreendido entre o Parque ambiental do Buçaquinho e a zona desportiva; se o executivo pretende informar o calendário com datas para ações de controle de invasoras e reflorestação; o que se poderá garantir à geração futura, perante o impacto/choque visual do abate das árvores, e, por fim, questionou o Presidente da JFC sobre a sua opinião pessoal sobre a manutenção da Base Aérea de Maceda.

Findas as intervenções do público, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, que endereçou os habituais cumprimentos a todos os presentes e agradeceu a disponibilidade do público presente.



Começou por dar nota que o plano de gestão florestal em discussão é um plano público, executado por técnicos conhecedores na matéria, daí ter resultado na sua concordância.

No que respeita à sua execução, existem as entidades competentes para aferir da sua adequação, como foi o caso da suspensão do plano por parte do Sr. Secretário do Estado, devendo-se aguardar pela reposta para se avaliar se o plano está a ser executado em conformidade ou não.

Deu nota que este plano teve origem na necessidade de uma candidatura que a CMO entendeu fazer para a beneficiação florestal, candidatura ao PDR2020, que, por força da lei, exigia a existência de um plano de gestão florestal, o qual a CMO assumiu com recurso de empresa especializada e com colaboração e contributo do ICNF.

Informou que o plano encontra-se suspenso, havendo que aguardar pela decisão.

Mais, disse que o plano em apreço prevê o enquadramento paisagístico, ocupação de áreas invadidas por acacial, controlo de plantas exóticas invasoras, beneficiação da rede viária florestal e proteção da fauna, da flora, dos cogumelos...

Esclareceu que as juntas não têm grande capacidade de intervenção, mas que, pelo menos com este plano as juntas acabam por ter algum conhecimento prévio acerca da intervenção do ICNF.

Trouxe, também, a possibilidade de se discutir publicamente o plano de gestão, algo que já poderia ter sido feito.

Acrescentou que, em 2009, a JFC já se tinha manifestado no sentido de não existir corte raso.

Informou que também já solicitou ao Senhor Secretário de Estado informação acerca do inquérito que está a fazer para se avaliar e, com a sociedade civil, poder acrescentar o que servirá melhor à sociedade civil.

Quanto ao impacto visual negativo, esse, disse o Sr. Presidente da JFC, que é indiscutível.

Quanto à questão da moção, o Sr. Presidente disse ainda não a ter votado por entender que a mesma é muito vaga, entendendo que a moção deverá ser mais trabalhada.

Quanto à tipologia, a informação do ICNF é a de que o espaço é de exploração florestal e daí os cortes dos pinheiros.



A reflorestação também é algo que pode ser questionável, entendendo que deverá existir uma discussão séria quanto a este assunto.

Esclareceu que a JFC não recebe milionárias receitas. Acrescentando que, e conforme consta em ata de 2019, a JFC já se dispôs a aplicar a receita da floresta na reflorestação.

Deu nota da reunião com a Sra. Diretora do ICNF, em Janeiro do presente ano.

Informou que os talhões 5, 7 e 14 serão intervencionados, estando prevista essa intervenção entre 5 a 6 hectares, numa média de 1% ao ano, sendo este um plano a 100 anos.

Acrescentou que não depende da JFC a calendarização das intervenções.

Manifestou que, no que respeita ao impacto visual, também lhe choca, mas haverá que fazer uma monitorização, pois a questão poderá ser colocada no sentido de estar-se a defender a floresta dos nossos filhos ou estar-se a fazer um abate massivo de árvores.

Assume que esta é uma questão técnica e que deverá ser analisada cuidadosamente por técnicos competentes na matéria em conjunto com a sociedade.

Quanto à questão acerca da Base Aérea, o Sr. Presidente da JFC entende que a base é positiva para o concelho de Ovar, desde logo porque garante uma baixa taxa de incêndios pela sua capacidade de deteção de emissões de calor, porque é uma base permanente de combate a incêndios, sendo também uma mais-valia na busca e salvamento.

Ponto dois: Análise, esclarecimento e discussão da gestão florestal nos terrenos da Junta de Freguesia de Cortegaça, inseridos no perímetro florestal das dunas de Ovar.

Foram abertas as inscrições para os membros da assembleia de freguesia que pretendessem intervir.

Inscreeveu-se Miguel Coelho que, após lhe ser concedida a palavra, apresentou os habituais cumprimentos.



“Antes de passar para o assunto que aqui nos traz hoje, em nome da bancada do Partido Socialista, queremos deixar uma palavra de solidariedade e apoio ao povo ucraniano que, como todos sabemos, está em sofrimento e a passar momentos difíceis face à invasão brutal e injustificada da Rússia. Uma invasão condenável contra um estado de direito, livre, independente e com fronteiras internacionalmente reconhecidas pelo que não podemos deixar de denunciar, assim como, a preocupante escalada que nos coloca, à Europa e a todo o mundo em perigo.

E por isso, os nossos pensamentos e solidariedade estão com o povo ucraniano a quem desejamos os maiores sucessos na sua luta desigual e acima de tudo, a obtenção de paz que tanto merecem e todos desejamos.

Quanto ao motivo que nos traz aqui hoje, a análise, esclarecimento e discussão da gestão florestal nos terrenos da Junta de Freguesia de Cortegaça inseridos no perímetro florestal das dunas de Ovar (PFDO) e portanto, do Plano de Gestão Florestal (PGF) em vigor no nosso Concelho, a bancada do Partido Socialista entendeu por bem, requerer a convocação desta assembleia extraordinária face à polémica e indignação gerada entre a população, nomeadamente pelos cortes de pinheiros já efetuados e os previstos, assim como, por todas as informações que têm vindo a público e que muito legitimamente, nos levantam sérias dúvidas sobre a forma como este processo tem sido conduzido, a pertinência deste plano e da sua implementação. É também nosso entender que devem ser prestados esclarecimentos a esta assembleia e através dela, à população, permitindo ao público que acompanhe esta discussão e se assim o entender, intervenha sobre este assunto que tanto nos preocupa.

Por tudo isto entendemos que é um assunto atual, urgente e de especial relevância para os interesses da nossa freguesia e população.

Como sabem, desde o início da resinagem, altura em que nos apercebemos do que estava a acontecer, tal como a maioria da população, que intervimos nesta assembleia e publicamente sobre este assunto. Numa primeira fase, pedindo esclarecimentos ao executivo e recolhendo informação.

Não sendo nós especialistas na área de gestão florestal fomos sempre muito cuidadosos nas nossas intervenções, que por princípio procuramos que sejam sempre muito bem fundamentadas, embora quase desde o início demonstrando a nossa preocupação e desagrado com a situação e por isso mesmo, lançamos alertas nesta assembleia e publicamente através de órgãos de comunicação e tendo inclusivamente trazido este tema para o debate durante a campanha para as autárquicas.



Infelizmente desde cedo nos apercebemos da pouca relevância que o executivo dava a este assunto, sendo muito parco na partilha de informação e também, que a própria população só daria a devida importância à questão quando comesçassem os abates e se apercebessem das áreas imensas de descampados. Sempre estivemos convictos dessa realidade e dissemos isso mesmo publicamente.

Assim foi, a partir do momento que começaram os abates a população indignou-se e muito legitimamente, como era previsível.

Não foi por falta de aviso que os executivos da Junta e da Câmara não abordaram esta questão de outra forma.

Logo aqui, houve um erro crasso de comunicação e porventura um total desprezo pela opinião da população.

Bem sabemos que usam o argumento de que este plano esteve disponível para discussão pública, é verdade, mas eu pergunto, quantas pessoas têm o hábito de consultar diariamente os editais das autarquias para assim saberem o que está ou não está em discussão pública?

Eu respondo, nenhuma ou quase nenhuma e todos sabemos disso.

Por isso, esse argumento não colhe porque a obrigação de quem ocupa cargos autárquicos é de ser proactivo na partilha de todas as informações relevantes para a comunidade, assegurando-se de que são mesmo amplamente do conhecimento público.

Não foi o caso e com certeza que sabiam que não era o caso, tanto que não houve um único contributo da população para este plano.

Pior atitude ainda, sabendo isto, virem agora usar um argumento que na verdade implica culpar a população pelo Plano de Gestão Florestal e respetivo abate das árvores.

Porque é isso que estão a fazer, estão a culpar-nos a todos, a cada um de vocês pelo abate das nossas árvores.

Mas quanto à responsabilidade sobre a iniciativa e elaboração do Plano de Gestão Florestal já lá chegaremos.



Quanto ao plano em si e à sua implementação, sempre tivemos sérias dúvidas que infelizmente se têm vindo a acumular.

Como eu já referi, não somos especialistas em gestão florestal, aliás, como a esmagadora maioria da população e como não podemos tomar uma posição bem fundamentada apenas com base no sentimento, tivemos o cuidado, ao longo do tempo, não só de pedir esclarecimentos nesta assembleia e de recolher informação, como de reunir e ouvir os mais diversos especialistas da área, desde engenheiros florestais e ambientais, investigadores de universidades, às mais diversas organizações e entidades como associações ambientalistas, a FAPAS, o The Camarinha Project, Os amigos do Cáster, o Centro PINUS, uma associação privada sem fins lucrativos que reúne agentes desde a produção florestal, universidades, às principais empresas que dependem da floresta de pinho e de cuja administração faz parte o ICNF, entre muitas outras e claro, de analisar o próprio PGF e toda a documentação que recolhemos e acreditem, foi muita e deu muito trabalho.

Há também que referir que solicitamos uma reunião com a CMO mas que não nos foi concedida por indicação do Vice-Presidente da Câmara, Dr. Domingos Silva, o que consideramos inaceitável e um bom exemplo sobre a forma de atuar dos executivos PSD no nosso Concelho. Também estamos a aguardar resposta de um pedido de reunião com o DRCNF que infelizmente não aconteceu antes desta assembleia pois a resposta está a tardar.

Mas com todo este trabalho chegamos a algumas conclusões que nos levantam imensas dúvidas sobre se este PGF efetivamente defende os melhores interesses da nossa floresta e por consequência da nossa freguesia, concelho e comunidade.

O PGF do perímetro florestal das dunas de Ovar assenta em três princípios, o económico, ambiental e paisagístico, mas estamos convencidos que as autarquias se estão a focar apenas num interesse, o económico, com o objetivo de obtenção do máximo lucro possível com a venda da madeira e da resinagem. 100% do valor da venda da resinagem e 60% do valor da venda da madeira revertem para as autarquias donas dos terrenos, na qual se inclui a Junta de Cortegaça e os restantes 40% da venda da madeira revertem para o ICNF.

Já no que toca à questão ambiental e paisagística não nos parece que este plano, nos atuais moldes, seja o mais adequado pois não beneficia um ecossistema equilibrado, sustentável ou a biodiversidade nem a função de recreio, lazer e turismo, pois não é agradável para ninguém que



procura fazer as suas atividades de lazer e desporto confrontar-se com áreas de tão grande dimensão completamente desarborizadas e desertas ou invadidas por espécies invasoras.

Logo à partida este plano para o período de 2016-2026 estipulava o corte de cerca de 10% da área total de floresta, 247 hectares e isso mesmo tem sido anunciado pelos executivos autárquicos, mas a verdade é que consideram que a área total de floresta é de 2584 hectares, no entanto essa área contempla o polígono norte, 2105 hectares, (entre Esmoriz e Furadouro), e o polígono sul, 479 hectares, (zona do Torrão do Lameiro). De notar também que uma parte dessa área se encontra ocupada pelo Aeródromo de Manobra n.º 1 (AM1), num total de 515 hectares, maioritariamente desarborizados.

Sendo assim, e sem ter em consideração outras infraestruturas de menor dimensão como é o caso do Campo de Treino de Caça e o Clube de Caça e Pesca de Ovar, a área de “floresta” que efetivamente está em discussão tem cerca de 1590 hectares, isto é, estamos a falar do corte de cerca de 15,5% da área total de pinhal-bravo, 247 hectares entre Esmoriz e o Furadouro, o que no nosso entender é uma área demasiado grande.

Não estando o plano a ser cumprido, no que toca ao abate nas parcelas previstas nomeadamente nos anos de 2017 a 2021, gostaríamos que nos informassem se existem alterações, mais concretamente em Cortegada, e se sim, que parcelas, e suas dimensões, irão efetivamente ser alvo de abate? As áreas que não foram alvo de abate, conforme o previsto, serão em anos posteriores? Quantos hectares serão sujeitos a abate em Cortegada?

O PGF estipula, em conformidade com o “Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Ovar – Marinha Grande”, resolução do Conselho de Ministros nº 142/2000, uma “Zona Terrestre de Proteção”, dividida em “Faixa de proteção costeira”, com uma largura de 500 metros e, seguindo-se a esta, uma “Faixa de proteção complementar”, podendo ser ajustada para uma largura máxima de 1000 metros. Nestas áreas são interditas atividades de “Destruição da vegetação autóctone”. Isso mesmo foi assegurado pelo presidente da Câmara, Salvador Malheiro, na recente conferência de imprensa que se realizou na CMO e em que o Sr. Presidente da Junta, Sérgio Vicente, também participou.

No entanto, verifica-se que certas parcelas previstas para abate não cumprem esta regra, contrariando o estipulado no próprio plano e podendo constituir uma ilegalidade, para além de colocarem em causa uma das principais funções da plantação do nosso pinhal, a proteção da erosão costeira para além, claro, da erosão eólica e hídrica. Por exemplo, a parcela do talhão 7, na rua do



monte branco, está a cerca de 300 metros da linha costeira, não cumprindo assim o estipulado na lei e no próprio plano. O mesmo se aplica no talhão 57 e 48.

Temos também que chamar a atenção para o facto do PGF indicar um limite máximo de 8 hectares nas parcelas a abater mas na verdade mais de 50% dessas parcelas, ultrapassam os 8 hectares.

Tendo em consideração que a parcela do talhão nº 14 junto ao Aeródromo de Manobra n.º 1 (AM1) tem cerca de 5,5 hectares, imaginem 8 hectares ou mais. Estamos a falar de áreas imensas pelo que no nosso entender deveria ser estipulado um limite máximo muito inferior, nunca excedendo os 3 hectares.

Também se pode ler no PGF que se deve e passo a citar “manter também o arvoredado numa extensão, distância entre bordaduras, de 300m entre as áreas cortadas” mas o que se verifica nos talhões mais a Norte de Cortegaça, as parcelas dos talhões 5, 6 e 7, junto à rua do monte branco distam menos de 300m entre si, numa área total de 21,4 hectares. Neste caso, poder-se-ia dizer que, o planeamento previsto se ajustaria melhor à expansão da área urbanizada do que à promoção de uma heterogeneidade no povoamento e à garantia de descontinuidade horizontal e vertical do coberto arbóreo. De notar que estaria planeado o corte destas 3 parcelas num espaço temporal de 4 anos.

Na pág.88, o PGF refere e passo a citar “Dar um espaçamento maior entre as árvores (Pinheiro-bravo) da bordadura, de modo a conseguir uma transição suave entre a zona arborizada e a estrada, através do corte de pinheiros”.

Ora, o que verificamos no terreno, nomeadamente no talhão 14 em Cortegaça, junto ao Aeródromo de Manobra n.º 1 (AM1), recentemente alvo de abate, é que pura e simplesmente abateram todos os pinheiros pelo que de transição suave, pura e simplesmente, não tem nada. Não estando assim a ser cumpridas as condições estipuladas no plano.

O PGF prevê a realização de relatórios anuais sobre a execução do mesmo (página 92). Prevê também que este e passo a citar, “nas suas múltiplas vertentes, deverá ser alvo de avaliação de cinco em cinco anos, com base nos relatórios anuais da sua execução ou nalgum facto relevante que o justifique, de modo a poder ser sujeito a alterações periódicas, caso seja necessário”.



Apesar de Nuno Sequeira, vogal do ICNF, presente na conferência de imprensa da CMO ter garantido que o ICNF faria chegar esses documentos a todos os interessados, segundo informação da RTP, que terá solicitado esses documentos após a Conferência de Imprensa de 09/02/2022, a resposta dada pelo ICNF foi que “os documentos ainda não estavam prontos”.

Portanto, mais uma vez temos aqui um exemplo de incumprimento do próprio plano o que não augura nada de bom sobre o futuro da sua implementação e os resultados da mesma, o que sem dúvida se traduzirá em prejuízo para a nossa floresta e as nossas gentes.

O Srº Presidente da Junta tem consciência destas irregularidades? E se tem, que atitude pretende tomar?

Se não tem e o Presidente da CMO também não, é caso para dizer que os nossos autarcas parecem não estar a par do que se passa no PFDO, porventura porque o seu único interesse é mesmo o proveito económico. Espero que assim não seja e que tomem medidas para reverem o plano e corrigirem estes incumprimentos.

Ainda a propósito da referida conferência de imprensa, o Presidente da Câmara, Salvador Malheiro, passou a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Cortegaça, Sérgio Vicente, para que desse o seu testemunho de que a parcela do talhão 10, a sul da rua do monte negro e alvo de abate há cerca de 10 anos, seria um bom exemplo de uma boa gestão florestal.

Realmente é um bom exemplo, mas de uma má gestão florestal.

O que se verifica no terreno é que as boas práticas de gestão florestal não estão a ser cumpridas, incluindo o estipulado no Plano de Gestão Florestal (PGF) do Perímetro Florestal das Dunas de Ovar no que se refere à reflorestação natural.

Nomeadamente o abate dos aglomerados de pinheiros jovens, permitindo assim que cada árvore tenha espaço para crescer na sua máxima força, ou no controle das espécies invasoras que tendem a proliferar e de facto, é o que se pode constatar no terreno.

Também verificamos na parcela recentemente abatida no talhão 14 que o abate foi indiscriminado, não se tendo cumprido o estipulado no PGF da manutenção de 10 a 50 árvores por hectare ou preservado minimamente a vegetação rasteira, nomeadamente a urze, o tojo ou a



camarinheira, espécie em risco de extinção no território nacional, que desempenham um papel fundamental na prevenção da erosão dos solos, retenção de água, nutrientes e carbono, mitigação da proliferação das espécies invasoras, proteção dos jovens pinheiros na sua fase inicial de crescimento e claro, para toda a biodiversidade da flora e fauna autóctone, sendo isso, em boa parte, o resultado da limpeza total dos solos para produção de biomassa.

Mais uma vez, colocando o interesse económico à frente do interesse ambiental e de ecossistemas sustentáveis e equilibrados, assim como, o próprio objetivo de Recreio, enquadramento e estética da paisagem como constam do próprio plano.

Acresce, que o argumento de que os pinheiros que supostamente deveriam ser mantidos, o foram no perímetro da área abatida, é no mínimo estranho, pois o que se verifica em toda essa linha é uma parede de Acácias que naturalmente serão as primeiras a proliferar, dificultando assim o crescimento de novos pinheiros. Já para não falar da questão estética pois não podemos esquecer que estamos a falar de uma área de lazer ou da possibilidade de plantar espécies diferentes como o Pinheiro Manso, o Sobreiro ou o Carvalho que já crescem em zonas próximas e por isso com condições semelhantes.

E por isso, apesar das declarações recentes do ICNF, CMO e Juntas envolvidas, as nossas preocupações com todo este processo aumentam, pois as palavras o vento leva, o que conta são as ações e aquilo que verificamos no terreno.

Perante isto, gostaríamos que nos explicasse o porquê de considerar que a parcela do Talhão 10 representa um bom exemplo de Gestão Florestal, já que o que se verifica no terreno é exatamente o oposto, contrariando os próprios princípios do PGF.

Já agora e tendo em consideração o argumento de que o abate de árvores beneficia a retenção de carbono, um fator muito atual e importante para o problema das alterações climáticas, um artigo publicado na revista Nature (Stephenson et al. 2014), destaca os benefícios climáticos das árvores mais antigas e maiores no sequestro de carbono da atmosfera, contrariando a ideia, que existia até então, de que as árvores se tornam improdutivas à medida que envelhecem. As árvores mais jovens podem crescer mais depressa numa escala relativa mas, numa escala absoluta, as árvores mais velhas continuam a crescer de forma mais acentuada. De notar também que atividades e práticas de gestão



do solo adequadas são importantes na melhoria do sequestro de carbono na biomassa e no próprio solo. Não é o caso das práticas levadas a cabo no âmbito do PGF pelo ICNF.

Dado isto só posso dizer que é extraordinário e de certa forma falacioso que se use o argumento da retenção de carbono para justificar o abate de árvores. Um argumento que seria compreensível vindo de empresas madeireiras mas não vindo de quem diz ter preocupações ambientais.

Sendo este plano muito extenso e técnico haveria muito mais a dizer mas como a intervenção já vai longa vou apenas referir mais um aspeto que nos deixa muitas dúvidas.

Na pág. 89 o PGF contempla e passo a citar “Aplicação de herbicida (glifosato) e injeção, num raio de 100 metros em redor dos parques de campismo.” Ora sendo este herbicida extremamente prejudicial para o ambiente, pessoas, plantas e animais, tendo inclusivamente sido proibido em vários países como os EUA e não é por acaso que a legislação portuguesa obriga, aquando do seu uso, por exemplo, nas bermas de estradas e valetas, seja colocada uma informação da sua aplicação junto ao local, o que aliás, como já aqui foi discutido a Junta de Freguesia de Cortegaça não faz, não compreendemos como é possível tencionarem usar este veneno num espaço que é de natureza por excelência, pois certamente que irá prejudicar todo o ecossistema, assim como os lençóis freáticos e por isso consideramos esta medida um autêntico atentado ambiental e não podemos de forma alguma subscrever esta intenção.

O controlo de plantas exóticas invasoras deve ser feito sempre por meios mecânicos e/ou manuais, tendo sempre em consideração que o uso de técnicas de mobilização mínima do solo garanta as condições para um bom crescimento das plantas, com um número mínimo de passagens sobre o terreno e, ao mesmo tempo, a proteção do solo contra a erosão e o empobrecimento em nutrientes.

Tendo em conta a nossa análise do PGF e de toda a documentação e testemunhos que reunimos, as declarações públicas dos responsáveis autárquicos do nosso concelho e freguesia, assim como, as notícias e entrevistas que têm vindo a público nos órgãos de comunicação social, o próprio sentimento da população que muito legitimamente está revoltada, perante as incongruências do PGF e as falhas na implementação do mesmo, a falta de garantias de existência de recursos financeiros e humanos para o seu cumprimento, até porque, se no passado em parcelas muito mais pequenas isso não aconteceu o que fará em áreas tão grandes, a necessidade de comprometer as autarquias e o ICNF com o reinvestimento de parte das receitas na melhoria da nossa floresta para o bem dos nossos



descendentes e à semelhança do que os nossos antepassados fizeram ao arborizarem este espaço, não podemos de forma alguma estar satisfeitos com este plano e por isso, não o subscrevemos e apelamos ao executivo, à imagem da própria decisão do ministério do ambiente que decidiu a sua suspensão por 30 dias, que o atual PGF seja suspenso e repensado. Que se abra um novo período de discussão pública, com um esforço real por parte das autarquias/ICNF de envolvimento da população.

Para finalizar, uma última questão, que obviamente está relacionada com este assunto mas que também é uma questão de moralidade, transparência, franqueza e no fundo de honestidade.

Durante anos o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cortegaça, Sérgio Vicente, aliás à imagem do próprio Presidente da Câmara de Ovar, Salvador Malheiro, afirmaram publicamente, incluindo nesta assembleia sempre que questionado, em declarações aos órgãos de comunicação social e na própria campanha das autárquicas, nomeadamente nos debates em que ambos estivemos presentes e em que eu trouxe ao debate o Plano de Gestão Florestal, que a responsabilidade pela iniciativa e elaboração deste PGF era única e exclusivamente do ICNF. Foram sempre taxativos nesta afirmação. Nós, por varias vezes questionamos o facto de a Câmara e as Juntas, donas dos terrenos, não terem uma palavra a dizer sobre a Gestão Florestal nos seus próprios terrenos e territórios mas vocês repetiram uma e outra vez que a responsabilidade era do ICNF.

Recentemente o próprio comunicado da CMO que veio a público e que nos foi remetido por instruções do Sr. Vice-presidente da Câmara, Domingos Silva, embora reafirmando que a responsabilidade era do ICNF, levantou a ponta do véu ao referir que a CMO e as Juntas envolvidas tinham assinado um documento de concordância com este plano e por isso ficou subentendido que deram o seu aval e portanto eram corresponsáveis pelo mesmo. Esta atitude por si só já era lamentável e condenável.

Mas pasme-se, na assembleia municipal realizada na última 6ªf, dia 25 de Fevereiro em que o Sr. Presidente da Junta esteve presente, momentos depois de ter reafirmado que a responsabilidade era do ICNF, o Sr Presidente da Câmara, quando confrontado, finalmente admitiu que afinal quem teve a iniciativa e a responsabilidade pela elaboração deste plano foi a própria Câmara, tendo inclusivamente contratado uma empresa para o efeito.

Ora, isto é inadmissível porque foi uma admissão de que nos têm andado a mentir deliberadamente e descaradamente todos estes anos. Não só a nós, membros da bancada do Partido



Socialista, como a todos os membros desta assembleia, incluindo do próprio partido e claro. A toda a população.

Quero acreditar que os elementos da bancada do PSD desta assembleia também foram enganados pois nunca nenhum se levantou para repor a verdade.

Na política como na vida há princípios de que não podemos abdicar e a verdade e a honestidade devem estar sempre em primeiro lugar.

Por isso, perante esta vergonha queremos uma explicação do porquê de nos andarem a mentir, a todos nós, uma e outra vez ao longo dos anos.

Devo dizer, que perante a admissão do Sr. Presidente da Câmara de que nos têm mentido descaradamente, que a partir de agora não há condições para confiarmos ou acreditarmos em qualquer coisa que nos digam.

Isto leva-nos a pensar em que interesses estarão por detrás de tudo isto, para justificarem estas atitudes tão condenáveis.”

De seguida, usou da palavra Márcia Rola, que, após os habituais cumprimentos, referiu ser seu entendimento que as autarquias deveriam ter o poder de responsabilizar o ICNF pelas medidas deficientes adotadas.

Quanto à afirmação feita pelo Presidente da JFC, no sentido de que “não queremos o abate em áreas tao extensas, não é isso que preconizamos”, questionou o Presidente da JFC do motivo de, na data em que foi conhecido o plano de gestão florestal, não se ter manifestado em sentido contrário.

Questiona o motivo da inexistência de uma proposta em alternativa ao corte raso, uma vez que o Presidente da JFC não concordava com esse corte.

Perguntou, também, quais as propostas apresentadas, em Janeiro de 2022, ao plano do ICNF, pela JFC.



Quanto ao talhão 10, e por fim, questionou se havia alguma ação para travar a desflorestação e se o Presidente da JFC estaria disposto para autorizar, nos pinhais da JFC, ações de controle de invasoras promovidas por associações ambientalistas ou outras entidades.

De seguida, usou da palavra Américo Dias, que após os habituais cumprimentos, disse:

“Antes de mais quero aqui expressar a minha homenagem a todas as vítimas desta horrível guerra, e expressar a minha solidariedade neste enorme sofrimento por que está a passar o povo Ucrainiano, acreditando mesmo que a grande maioria do povo Russo também está a sofrer, ambos os povos vítimas da sede de poder, de um homem paranóico, fanático e desequilibrado mental, que com a sua ânsia imperialista absolutista, à frente de um regime opressor, ditador e totalitário é uma ameaça constante para todo o mundo. Infelizmente a história parece estar a repetir-se, esperemos que haja capacidade para mudar o seu rumo e consequências.

Passando ao assunto desta assembleia, muito se tem falado nos últimos tempos, do perímetro florestal das dunas de Ovar, no qual se integra a zona florestal, propriedade da Junta de Freguesia de Cortegaça.

Não tendo, nem formação, nem conhecimento técnico na área da gestão florestal, parece-me no entanto, que o bom senso e a razoabilidade de procedimentos têm andado arredados das decisões que, entretanto avançaram no terreno com o início do abate dos diversos talhões.

Para os membros da Bancada do Partido Socialista desta assembleia de Freguesia, não foi preciso começar o abate dos pinheiros, para que acontecesse aquilo que já antevíamos: inevitavelmente imensas clareiras de árvores abatidas iriam surgir à medida que os pinheiros submetidos à resinagem à morte iam sendo cortados.

Muito antes de começar o abate da floresta, logo que nos apercebemos que os seus pinheiros estavam a ser submetidos à designada resinagem à morte, fomos alertando e antevendo o que viria a acontecer, prova disso mesmo é, a de um artigo, que escrevi no Jornal de Cortegaça sobre este mesmo assunto, do qual reproduzo aqui uma parte, salientando que este artigo foi escrito, tendo por base as respostas e declarações que o Presidente da Junta de Cortegaça ia dando sobre esta matéria, dizendo



sempre que a responsabilidade era exclusiva do ICNF, algo que se viria a verificar não ser assim, passo a citar o referido artigo:

“Infelizmente a zona florestal da Freguesia de Cortegaça está deveras ameaçada, sobretudo porque não existe, por parte do executivo da Junta, uma verdadeira política que demonstre responsabilidade ambiental, acrescida de um projeto de defesa e preservação do ambiente, que lhe confira alguma autoridade moral para, nomeadamente, contrariar as decisões do ICNF, nesta recente implementação de “resinagem à morte” de uma grande mancha de pinheiro bravo que existe no nosso território...

Verifico que se encontram submetidos a extração de resinagem uma enorme percentagem dos pinheiros existentes no nosso território...e (segundo a “Resipinus – Associação de Destiladores e Exploradores de Resina”) que atribui ao ICNF e à Autarquia de Ovar (incluindo as Juntas de Freguesia, na qual se inclui a Junta de Freguesia de Cortegaça) a responsabilidade pela prática desta resinagem até à morte nos pinhais de Ovar, pelo que compete a este conjunto de entidades efetuar a melhor gestão dos povoamentos florestais.

Por isso, não me parece correto que a Junta de Freguesia de Cortegaça tenha afirmado que a decisão deste assunto não é da sua responsabilidade, assim como a desculpa apresentada, pelo Sr. Presidente da Junta, numa assembleia de freguesia, onde este tema foi debatido, dizendo que tal intensificação se deve aos incêndios que devastaram o pinhal de Leiria, sendo que sobre este mesmo assunto o ICNF, contraria precisamente o que afirmou o Presidente da Junta, ao declarar que “ (...) a situação no Pinhal de Leiria veio reduzir a disponibilidade de áreas para exploração de resina, mas não influencia a extração dessa substância noutros locais”.

Como a designada “resinagem à morte” usualmente acontece em pinheiros cujo seu corte ou abate é previsível no espaço temporal de quatro anos, pergunto:

Que destino será dado à nossa área florestal quando todos estes pinheiros forem abatidos, após este sistema de resinagem?

Infelizmente, antevejo imensas clareiras, com uma paisagem desoladora daquela que é / foi a nossa floresta, por causa do abate de todos estes pinheiros submetidos a este sistema de resinagem...”

“...Sendo para abater... há alguma medida, ou plano de reflorestação?



Para quando e quanto tempo demorará até que seja reposta a mancha verde que vai sendo destruída, quer pela resinagem, como pelo seu abate desenfreado?(...)

Nenhuma destas perguntas obteve resposta.

Continuava, ainda, no mesmo artigo:

“ (...) Lembro que, a sul da área metropolitana do Porto, é em Cortegaça que aparece, e está localizada a mais próxima e importante mancha verde de pinheiro bravo, de valor vital para o nosso meio ambiente e para a qualidade do ar que respiramos...

Face a esta retratada situação, o executivo da Junta de Freguesia deve esclarecer a população sobre as consequências a médio / longo prazo desta política de resinagem e, se não concorda com ela, demonstrar isso mesmo com atitudes de defesa e promoção ambiental...

Deve ainda informar os cortegacenses se tem delineado algum plano de proteção ambiental, ou preservação do nosso território, usando para o efeito a receita arrecadada à custa desta resinagem, conforme as suas próprias declarações na reunião da Assembleia de Freguesia de 10 de Dezembro, de 2019, quando afirmou que “ (...) no que respeita à resinagem, informou que foi feita uma hasta pública para venda, em final 2017, início de 2018, estando prevista uma receita de, cerca de, 40.000,00 €, distribuída em quatro anos, portanto, cerca de dez mil e qualquer coisa euros por ano...”

Cabe à Junta de Freguesia, em primeira instância, defender os interesses da sua população e não se resignar com decisões externas que vão contra os interesses dos seus representados, devendo, a bem dos seus fregueses, desenvolver esforços e mecanismos com vista a reverter o atual estado de circunstâncias.(...)”

Este é um excerto do artigo escrito por mim e publicado no Jornal de Cortegaça, logo no início do processo da resinagem, por isso, muito antes de começar o abate que já antevíamos.

Ainda sobre este mesmo assunto, porque também diz respeito, precisamente, à gestão florestal dos terrenos da Junta de Freguesia, porque a floresta é de todos nós, e uma boa gestão deve ser feita na idealização e antevisão dum plano devidamente delineado e estruturado, deixo aqui algumas perguntas:



Iniciando-se a deslocalização do Parque de Campismo, que julgo estar prevista ocupando uma parte do “talhão 11” do Perímetro Florestal das Dunas de Ovar, estando esse talhão a menos de 500 metros da linha d’água do mar, já há algum plano de como será feita essa deslocalização?

Haverá o cuidado de preservar e proteger ao máximo a floresta? Ou será feito o mesmo que aconteceu com a deslocalização do Campismo de Esmoriz, onde não foi deixado um único pinheiro de pé?...

O mesmo Plano de gestão Florestal prevê como medidas a adotar nas operações / intervenções a realizar, nomeadamente na Pag. 88; no número IX – Beneficiação / Manutenção dos Parques de Merendas, no segundo ponto diz taxativamente: Eliminar / retirar o parque de merendas de Cortegaça devido à sua má localização.

Gostaríamos que esta questão fosse devidamente esclarecida, e se esta medida tem alguma relação com o nosso Parque Merendeiro do Buçaquinho? Pois quando se ouve falar no Parque de Merendas de Cortegaça, pensamos logo no Parque de Merendas do Buçaquinho.

Gostaríamos por isso que, também sobre este assunto, fosse o mais preciso e conciso possível, informando-nos com clareza o que é que este executivo tem previsto para o nosso parque merendeiro.”

Findas as intervenções, foi dada a palavra ao Presidente da JFC que, usando da mesma constatou que, aparentemente, não foram suficientes as sessões de informação acerca do presente ponto levado a discussão, bem como os esclarecimentos e respostas já dadas por si acerca deste assunto.

Esclareceu que não foi o Presidente da JFC que afirmou que o plano de gestão florestal foi da responsabilidade do ICNF, mas sim quem o disse foi o Senhor Presidente da CMO.

Informou que o abate de pinhal adulto já é feito há vários anos e não é de agora.

Esclarece que está previsto, neste plano a 100 anos, o abate de 25% de árvores de cada talhão, ou seja, 1 em cada 4 árvores.

Esclareceu que em 2013, aquando de um grande temporal, caíram mais de 12 mil árvores atento seu estado.



Mais, quanto ao plano de gestão florestal, informou que mesmo após a aprovação por parte das juntas, o plano voltou ao ICNF, constatando que o poder/responsabilidade neste assunto é dessa entidade.

Exemplificou esse poder/competência do ICNF, informando que caindo uma qualquer árvore, seja qual o motivo, essa mesma árvore não pode ser levantada sem autorização do ICNF.

Quanto ao talhão 10, explica ter afirmado que esse talhão era um bom exemplo de reflorestação espontânea, mas que era necessário que o ICNF fizesse a respetiva manutenção, a chamada “monda”, para que os pinheiros mais capazes crescessem, sendo que o ICNF defende que essa ação seja feita a cada 5/6 anos.

Informou que nesse talhão já foi iniciada essa intervenção.

Quanto às considerações feitas por Miguel Coelho, entende que são questões que deverão ser dirigidas ao ICNF, entendendo que se deverá aguardar pela conclusão do relatório.

No que respeita à questão acerca de uma possível intervenção por parte da JFC nos terrenos, o Presidente da JFC responde que não é possível, sendo uma competência exclusiva do ICNF.

Quanto à deslocalização do parque de campismo, afirmou não haver ainda nenhum plano. Existe uma zona preferencial prevista no PDM e que poderá sofrer de alterações.

Salienta, no entanto, que esse é um assunto que terá de ser levado, a seu tempo, à Assembleia de Freguesia.

Concluídos os trabalhos, foi dada por encerrada a sessão extraordinária de 2 de março de 2022.

A Presidente de Assembleia de Freguesia,

(Luciana Camboa de Sousa)



A Secretária,

(Sílvia Oliveira)

O Secretário,

(Luís Violas)